

O DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE EM FOUCAULT

THE SEXUALITY DEVICE IN FOUCAULT

Bruno Abílio Galvão¹

Resumo

O dispositivo de poder de sexualidade corresponde a um conjunto heterogêneo que incita as pessoas a produzirem discursos sobre o “sexo” e, ao mesmo tempo, controla e intervém sobre os corpos. A sexualidade origina-se nas práticas de confissão, mediante a criação da carne e seu assentamento no corpo. Essa perspectiva religiosa dos prazeres será transposta para o discurso científico na modernidade, proporcionando o desenvolvimento do dispositivo de sexualidade em quatro estratégias que se articulam: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de reprodução e a psiquiatrização do prazer perverso.

Palavras-chave: dispositivo; Foucault; poder; sexo; sexualidade.

Abstract

The sexuality power device corresponds to a heterogeneous set that incites people to produce discourses about “sex” and, at the same time, controls and intervenes over bodies. Sexuality originates in the practices of confession, through the creation of flesh and its settlement in the body. This religious perspective of pleasures will be transposed to the scientific discourse in modernity, providing the development of the device of sexuality in four strategies that are articulated: the hysterization of the woman's body, the pedagogization of the child's sex, the socialization of reproduction behaviors and the psychiatrization of perverse pleasure.

Keywords: device; Foucault; power; sex; sexuality.

¹ Doutor em Ética e Filosofia Política pelo PPGFIL da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor de Filosofia, nível médio, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) Campus de Montanha. Email: brunoabiliogalvao@hotmail.com

Introdução

O dispositivo de sexualidade em Foucault se constitui como um conjunto heterogêneo de práticas e discursos que se articulam provocando a subjetivação dos indivíduos por meio de um controle sobre seus corpos. O controle sobre os corpos ocorre mediado pela criação de um objeto do discurso nomeado de “sexo”. Portanto, o sexo é a produção de uma maquinaria que articula saber e poder que, conseqüentemente, é compreendido como um elemento presente no corpo, cujos efeitos precisam ser vigiados e controlados para salvaguardar a saúde, seja do indivíduo quanto da sociedade.

O dispositivo de sexualidade tem suas raízes nas práticas de confissão decorrente da pastoralidade cristã que postulava a necessidade de confessar, de forma meticulosa, os prazeres da carne. A carne, símbolo anterior ao sexo, era aquilo que estava presente no corpo que deveria ser constantemente observado, pois seu uso equivocado afasta o fiel da salvação. Nesse primeiro momento, o corpo e seus atos de prazeres são interpretados a partir de uma perspectiva teológica, sendo, posteriormente, inseridos em uma hermenêutica médica que irá transpor a carne para o organismo a partir do corpo convulsivo. O corpo convulsivo, que é o corpo da mulher possuída pelo demônio, será explicado nas formas da histeria, a mulher tem suas convulsões pois o sexo perturba e desequilibra o sistema nervoso.

Dessa entrada do sexo na ordem da medicina, a salvação não se dará mais no sentido de se livrar do pecado, mas sim de evitar doenças tanto do corpo individual quanto da população. Com esses objetivos e visando controlar o sexo da mulher, da criança, dos casais enquanto função reprodutiva e do adulto perverso em que cada caso proporcionará um sentido para o sexo, criam-se quatro estratégias de poder que se articulam compondo o dispositivo de poder de sexualidade na sociedade do século XIX: a *histerização do corpo da mulher*, a *pedagogização do sexo da criança*, *socialização das condutas de procriação* e *psiquiatrização do prazer perverso*. A introdução apresenta, dessa forma, os objetivos a serem atendidos para se compreender o dispositivo de sexualidade em dois sentidos: de uma definição conceitual e de sua mutabilidade e transformação histórica, apontando, em objetivos mais específicos, a transformação deste a partir de uma virada epistemológica em que a carne é substituída pelo sexo na ordem do dispositivo e como este objeto do saber apresenta não só uma definição, mas uma pluralidade mediante o corpo o qual o poder almeja apoderar-se, seja da criança, da mulher, dos pervertidos e dos casais.

1 - Definindo o dispositivo de sexualidade

A sexualidade, para o Foucault da microfísica do poder, vai muito mais além dos simples modos de se obter prazer. Embora esteja mais para além, não significa a negligência das categorias “prazer”, “sexo” e “formas de comportamento”. A sexualidade é pensada por ele não como um dado natural do qual o poder e o discurso tentariam se apoderar apresentando uma representação conceitual para, em seguida, agir sobre ela, mas sim como o próprio funcionamento do poder. A sexualidade é um “domínio”, “um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder” (Foucault, 2015, p. 112). Dessa forma, o que Foucault chama de sexualidade é um modo de operacionalização do poder. Portanto,

[...] a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 2015, p. 115).

Por essa razão, a sexualidade é, categoricamente, um dispositivo, pois ela articula, em rede, uma série de elementos heterogêneos aos corpos que, por sua vez, articulam-se entre si, sofrendo efeitos que os incitam a práticas que culminam não só em uma relação de produção de verdade, como também em uma incitação ao prazer e, ao mesmo tempo, o controle do corpo. Nesse dispositivo, articula-se um par que é indissociável, “prazer²” e “discurso” ou, mais propriamente, “prazer” e “verdade”. A sexualidade, e aqui podemos fazer uma distinção com o dispositivo de poder disciplinar, também produz verdade correlacionando-a com o sujeito tal como no dispositivo de poder disciplinar, porém, o primeiro incita por meio do prazer. Há, como diz Foucault (2015, p. 85), um “saber do prazer” que, simultaneamente, é um “prazer de saber o prazer”, prazer e saber constituem, assim, uma par indissociável. Essa vontade de saber o prazer cria, na história do dispositivo de sexualidade, duas formas fantasmagóricas, primeiro a “carne”, segundo, o “sexo”. Na história moderna desse dispositivo, o sexo emerge como objeto discursivo que se torna sua força motriz.

O sexo é um objeto imaginário, estritamente discursivo, de significação volátil. Trata-se de um conceito sempre reconstruído de acordo com a rede de poder traçada, pois não se pode pressupor que o poder seja igual em todos os lugares. Fato é que este conceito, ao ocupar o

² Opto, neste momento, pelo uso da palavra “prazer” pois, ao fazer a genealogia do dispositivo de sexualidade, o signo articulado a esta dimensão do corpo aparece, primeiro, como “carne” e depois como “sexo”. Isto não significa dizer que “prazer”, “carne” e “sexo” sejam a mesma coisa, significa dizer que há uma dimensão da existência humana de prazeres e que esta é submetida num primeiro momento, ao signo da “carne” e, em um segundo, ao signo do “sexo”.

lugar correspondente aos prazeres e que, por sua vez, se trate de algo aquém de uma definição universal, catalisa o desejo e outros elementos ao se apresentar como uma possível causalidade. O sexo, enquanto objeto discursivo possibilita o agrupamento sob o mesmo nome, no dispositivo, de “elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações, prazeres” (Castro, 2009, p. 402). O dispositivo de sexualidade se assenta, assim, sobre a materialidade do corpo, mas não uma materialidade utilizável como no dispositivo disciplinar, mas sim enquanto corpo vivo, com suas funcionalidades e processos fisiológicos, suas pulsões, o objeto imaginário a ser perseguido e uma tentativa de controle de tais processos. Portanto, há de se ter um cuidado em não equivaler à disciplina do sexo a disciplina apresentada em *Vigiar e punir*. Esse “cuidado” para com o corpo erótico direciona-se em um movimento de potencialização da vida em seu sentido de fortalecimento da qualidade de habilidades não adquiridas, mas inatas à salubridade do corpo, seja genética ou social, já o poder disciplinar em *Vigiar e punir* trata da utilização exaustiva do corpo. Independente da finalidade, o dispositivo possui um *preenchimento estratégico*, um objetivo funcional que se sobrepõe como estratégia dominante (Foucault, 1979b, p. 244-245). Essas estratégias são volúveis de acordo com os efeitos e objetos produzidos, que entram em contradição com certos elementos já constituintes, forçando um reajustamento do dispositivo. Dessa forma, o aparecimento do sexo possibilita, em cada uma de suas definições, um rearranjo da sexualidade. Uma reinterpretação do sexo possibilita uma mudança no dispositivo, um conflito de direcionamento estratégico, fazendo-se impor outro objetivo. Essa luta em torno do sexo funda-se em uma *vontade de saber* o sexo e, uma vez que este é o nome pelo qual se traduz, na modernidade, o prazer, todo querer saber sobre o prazer se tornar um querer saber o sexo. Assim, esse objeto

[...] fixa cada um de nós à injunção de conhecê-lo, de descobrir sua lei e seu poder; é essa desirabilidade que nos faz acreditar que afirmamos contra todo poder os direitos de nosso sexo quando, de fato, ela nos vincula ao dispositivo de sexualidade que fez surgir, do fundo de nós mesmos, como uma miragem onde acreditamos reconhecer-nos, o brilho negro do sexo (Foucault, 2015, p. 171).

Vejamos que o dispositivo de sexualidade, nesse caso específico de produção do saber, dissimula uma ontologia cuja finalidade aparente é a liberação do sexo, pois este é a verdade dos sujeitos, sua condição de inteligibilidade³ (Foucault, 2015, p. 169). Porém, à medida que produzimos esse saber sobre o sexo e, conseqüentemente, sobre nós mesmos, a finalidade estratégica do dispositivo é reafirmada, pois se fala mais sobre o sexo, possibilitando uma

³ O mesmo também pode ser observado em *Não ao sexo rei*: “O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano” (Foucault, 1979a, p. 229).

reorganização discursiva em torno dessa palavra, rearticulando as relações de poder. Isso pode ser observado no texto *Não ao sexo rei* quando Foucault (1979a) comenta os movimentos de liberação sexual. Uma mudança de direcionamento estratégico do dispositivo não significa o fim da estratégia dominante do dispositivo, fazer falar sobre o sexo. Os movimentos de liberação sexual criam uma ilusão de que se está escapando do dispositivo, mas, na verdade, ao produzirem outras categorias do “sexo”, operam dentro do funcionamento do dispositivo, pois a verdade continua a ser produzida.

Tomando como exemplo a homossexualidade, esta foi produzida pela sexualidade como uma patologia a ser curada, ou como um caso de libertinagem ou, às vezes, como delinquência, segundo uma perspectiva moral. Essas adjetivações são possíveis a partir de uma construção simbólica do sexo que agencia práticas de intervenção sobre esses corpos. Do interior desse dispositivo emergem focos de resistência no sentido de se apropriar ou produzir discursos que rivalizam em sentido de uma liberalização sexual: “está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês” (Foucault, 1979a, p. 234). Embora haja uma disputa pela definição do sexo, o dispositivo de sexualidade mostra-se uma maquinaria cínica, pois ri diante de uma aparente derrota, continua fazendo falar sobre o sexo. O que ocorre, de fato, “é a inversão estratégica de uma ‘mesma’ vontade de saber” (Foucault, 1979a, p. 234). A incitação em saber o prazer permanece, embora haja uma rearticulação do dispositivo, por essa razão as aspas utilizadas por Foucault, pois os mecanismos que provocam a proliferação de discursos sobre o sexo se modificam, mas a finalidade estratégica prevalece. Assim nós, ocidentais, nos inscrevemos sob o signo do sexo, pois este aparece e nos “serve como chave universal” (Foucault, 2015, p. 86) para deciframos nossa verdade. Ao mesmo tempo em que este desvelamento de nosso ser se mostra como uma necessidade do saber, submetemo-nos a uma “lógica da concupiscência e do desejo” (Foucault, 2015, p. 86) na qual colocamos nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história. *Sexo, prisão do corpo*. A submissão do corpo ao sexo se dá no sentido de uma confluência do corpo e seus prazeres a um direcionamento de afirmação, de dizer a verdade e efetivá-la, por uma incitação provocada. Os movimentos de liberação sexual, cuja proposta é uma libertação dos corpos e seus prazeres não escapam ao dispositivo de sexualidade, pois falam sempre a partir do próprio dispositivo, não há um lado de fora coextensivo do qual se falaria sobre o sexo, um aparente lado de fora é uma articulação da rede interligando elementos criando essa falsa sensação. Criar novas categorias de sexo, como “sexo homossexual”, por exemplo, embora se diferencie da heteronormatividade, proporciona o aprisionamento dos corpos em outras

definições para a mesma palavra. São “movimentos que partem da sexualidade, do dispositivo de sexualidade no interior do qual nós estamos presos, que fazem com que ele funcione até o seu limite; mas, ao mesmo tempo, eles se deslocam em relação a ele, se livram dele e o ultrapassam” (FOUCAULT, 1979a, p. 233). Portanto, os discursos de liberação visam livrar-se de uma dada condição estratégica que incide sobre determinados corpos criando, por meio da inventividade de práticas e discursos, no seio do “mesmo” dispositivo, táticas de resistência e subversão.

De forma semelhante ocorreu com o movimento de liberação sexual feminino que definia o sexo das mulheres fixando-as no dispositivo de sexualidade as reduzindo ao seu sexo (Foucault, 1979b, p. 268). O movimento feminino, partindo do interior da sexualidade e questionando diretamente o discurso que as vinculam ao sexo, promovem uma “dessexualização” no sentido de descentrar o sexo de seu horizonte existencial, possibilitando uma ontologia que abarque outras esferas, como cultura, linguagem, economia, política. Quanto aos homossexuais, por sua vez, ainda permaneceram sob a centralidade do sexo, porém, fizeram proliferar discursos que o deslocaram da esfera patológica. No primeiro caso o sexo perde sua função centralizadora e passa a ser uma das dimensões ontológicas das mulheres, no segundo, o sexo dos homossexuais é reformulado. Em ambos os casos, seja de articulação ou reelaboração, o que está em jogo é a verdade do sexo, portanto, o dispositivo continua operante.

Os movimentos de liberação sexual, ao contrário do que propõem, tornam o dispositivo “aceitável” ao camuflar seu funcionamento desfocando seu objetivo, pois se parece, a partir de um efeito de superfície e de ruim hermenêutica, que este estaria confrontando-se com algo que procura “reprimir”, o sexo. Vejamos que a repressão, o não ao desejo, consiste em uma compreensão jurídica do poder, a qual Foucault não nega a existência, porém não corresponde ao nível de sua analítica. Uma proibição ao sexo aparece como o foco central de determinadas formas de relações, como se a sexualidade funcionasse a partir da interdição. Essa forma negativa do poder, cujo combate é defendido por autores como Marcuse e Reich⁴, torna o poder tolerável à medida que dissimula uma parte de suas operações. O dispositivo de sexualidade absorve a interdição ao sexo não como aplicabilidade, mas sim como instrumento tático de autodissimulação. Nos comentários de Weizenmann (2013, p. 159-160), a psicanálise efetua o mesmo movimento ao buscar a liberação do desejo a partir de uma instância desconhecida do

⁴ Embora Foucault cite o nome de tais autores a título de exemplificação, a forma negativa do poder a qual sempre é atribuída a eles pode ser observada nas respectivas obras: Marcuse, Herbert. **Eros e a civilização**. Tradução de Álvaro Cabral. 8ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 1999; Reich, Wilhelm. **Psicologia das massas do fascismo**. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

próprio sujeito. Ao tentar por o desejo na linguagem, a psicanálise, desconhecendo o terreno a partir do qual atua, atualiza o dispositivo de sexualidade à medida que busca uma fuga da interdição do desejo. Assim a psicanálise

[...] não só incorre em erro interpretativo, ao desconhecer a extensão do terreno discursivo sobre o qual opera; mas também se presta, enquanto saber, como instrumento de fabricação de uma subjetividade erigida como projeto associado à ascensão burguesa. Sob o escudo da “neutralidade” científica, o saber psicanalítico extrai uma pretendida verdade fundamental do indivíduo e o amarra a um processo político normalizador (Weizenmann, 2013, p. 160).

Até mesmo o discurso de Foucault não escapa ao dispositivo de sexualidade, pois, como o próprio afirma, “do qual nós estamos presos”, *vocês e eu*. A *vontade de saber* fala na obra de Foucault pois este procura mostrar a “verdade” genealógica do sexo e de seu dispositivo. Portanto, a própria historicização do dispositivo e a evidenciação da artificialidade do sexo tem a prerrogativa de dizer a “verdade” do sexo e, conseqüentemente, a “verdade” sobre nós mesmos. A dissolução do sexo ou a modificação de seu sentido não constituem o fim do dispositivo, a sexualidade não depende, necessariamente, do sexo, pois foi ela quem fabricou tal categoria.

Por meio desse mascaramento, o dispositivo de sexualidade se mantém como mecanismo de extração de verdade e controle de comportamentos fabricando objetos no discurso, dissolvendo e criando novas figuras e se reorganizando. Assim o dispositivo de sexualidade

[...] produziu, em determinado momento, como elemento essencial de seu próprio discurso e talvez de seu próprio funcionamento, a ideia de sexo.

G. M.: Esta ideia de sexo não é contemporânea da instauração do dispositivo de sexualidade?

M. F.: Não, não! Vemos aparecer o sexo, creio, durante o século XIX. [...]. Antes, sem dúvida existia a carne (Foucault, 1979b, p. 259).

Vejamos então que o dispositivo de sexualidade antecede a emergência do sexo, produzindo tal categoria a medida que uma antiga categoria não mais atende as necessidades da sexualidade, a carne. Diante do que foi apresentado, o que pretendemos a partir de agora é mostrar o movimento genealógico desse dispositivo, dessa rede que articula elementos heterogêneos que se pergunta sobre os prazeres do corpo e, conseqüentemente, o captura, incidindo sobre ele um regime de dominação. O movimento genealógico que apresentaremos tem como objetivo mostrar o surgimento do dispositivo de sexualidade e como ele se rearticula, ao substituir a carne pelo sexo, visando o controle sobre os corpos.

2 - A emergência do dispositivo de sexualidade a partir da confissão da carne

Ao conceituar o dispositivo de sexualidade como um mecanismo de extração da verdade sobre o modo de lidar com os prazeres do corpo e, conseqüentemente, interferir objetivamente sobre os mesmos promovendo a subjetivação dos indivíduos, apontamos a confissão como prática a partir da qual o dispositivo se articula. Foucault (1979b, p. 264) entende por confissão “todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito”. Portanto, o surgimento do dispositivo de sexualidade se dá a partir das práticas de confissão doravante a produção da carne. Isso significa que a confissão possui dois momentos e não necessariamente esta é o sinônimo do dispositivo. Significa, portanto, que ocorre uma modificação na forma de conduzir o processo atrelado a uma racionalidade emergente da própria teologia da época.

Primeiramente, é importante evidenciar que a confissão consiste em uma tática de poder específica do pastorado cristão. A pastoralidade, mecanismo de poder muito mais antigo do que a era cristã, já presente nos egípcios e hebreus (Foucault, 2006, p. 66), apresenta uma forma diferente de exercício do poder em relação aos gregos e romanos. Para os gregos e os romanos, o poder se exercia sobre o território, tendo como princípio sua defesa e conseqüente morte dos inimigos invasores. Já o poder pastoral não se funda sobre o território enquanto local onde se fixa ou estabelece um grupo de pessoas, pois o pastor é o condutor de um rebanho, é uma comunidade em movimento, portanto, se estabelece sobre os indivíduos. Trata-se, antes de tudo, de um poder individualizante, o pastor deve cuidar de cada ovelha em particular, conduzindo todas à salvação. Para tanto, faz-se necessário conhecer a verdade sobre cada uma delas para evitar que se desgarem e se percam no caminho.

A salvação, nesse diagrama de poder, é condicional e, para alcançá-la, é necessário a submissão a autoridade de um outro. Sujeitar-se significa “que cada uma das ações que poderá ser realizada deverá ser conhecida ou, em todo caso, poderá ser conhecida pelo pastor, que tem autoridade sobre o indivíduo e sobre vários indivíduos, e que conseqüentemente poderá dizer sim ou não em relação a ela” (Foucault, 2006, p. 68). Dessa forma, o pastor em sua posição de “guia”, pode obrigar as pessoas a fazerem o que for preciso para a salvação à medida que vigia e controla, continuamente, cada indivíduo. Cria-se um sistema de obediência generalizada em que a humildade, a submissão ao comando, aparece como valor moral e é introjetada na subjetividade.

O pastor aparece, por conhecer o caminho da salvação e por buscar saber sobre cada indivíduo, como um mestre da verdade em duas direções. Primeiro, é aquele que conhece e

ensina a verdade religiosa, “ele ensina a escritura, a moral, ele ensina os mandamentos de Deus e os mandamentos da Igreja” (FOUCAULT, 2006, p. 69). Segundo, ele deve conhecer também o interior dos indivíduos, o que se passa na alma de cada um, sem o qual o pastorado não funciona. É a partir dessa necessidade que a prática da confissão irá se estabelecer:

O cristão deve confessar incessantemente tudo o que se passa nele a alguém que estará encarregado de dirigir a sua consciência, e essa confissão exaustiva vai produzir de algum modo uma verdade, que não era certamente conhecida pelo pastor, mas que tampouco era conhecida pelo próprio sujeito (Foucault, 2006, p. 70).

A pastoralidade, por volta do século IV d. C. (Foucault, 2006, p. 67), assentar-se-á no Império Romano enquanto mecanismo de poder sobre a vida sexual. Importante destacar aqui que esta não corresponde, até os séculos XII e XVI, ao dispositivo de sexualidade por funcionar a partir da lógica da interdição (Foucault, 2001, p. 233). O Império Romano, antes do cristianismo, já havia homogeneizado as práticas sexuais a partir de três princípios morais: a monogamia, a função reprodutora como exclusividade da sexualidade e uma desqualificação dos prazeres sexuais (Foucault, 2006, p. 64). O cristianismo não instaura essa moralidade, porém, por meio do pastorado e da confissão, cria mecanismos para salvaguardar esses princípios morais e facilitar sua imposição. O cristianismo, quando se estabelece em Roma no século II ou III, já encontra essa estrutura familiar montada, porém, necessitava se relacionar com um ascetismo proveniente do Oriente, nas correntes hinduístas, budistas e dos monges cristãos que propunham um completo desprendimento dos prazeres do corpo. Na visão de Weizenmann (2013, p. 163), o estoicismo também se estabelece como forte corrente promotora das práticas ascéticas em Roma. Dessa forma, o cristianismo, precisando conciliar a administração das práticas sexuais com uma espiritualidade ascética, introduz a ideia da carne. A partir dessa problemática, a carne, símbolo que cumpre uma função equilibradora, jamais é

[...] concebida como o mal absoluto do qual era preciso desembaraçar-se, mas sim como a perpétua fonte, dentro da subjetividade, dentro dos indivíduos, de uma tentação que corria o risco de levar o indivíduo a ultrapassar as limitações impostas pela moral corrente, ou seja: o casamento, a monogamia, a sexualidade para a reprodução e a limitação e a desqualificação do prazer (Foucault, 2006, p. 71).

A carne aparece, na pastoral, como a verdade interior do sujeito que deve ser confessada para que este não se desvie da boa conduta. É, por meio dessa inscrição, que as fraquezas do corpo aparecem e são interrogadas. A carne é, então, um dispositivo linguístico que permite delimitar as transgressões e agencia um regime de policiamento do pastor e do indivíduo sobre si mesmo. Embora Foucault não nomeie, nesse momento vemos assentar-se o dispositivo de

aliança, fundamental para o desenvolvimento do dispositivo de sexualidade. De acordo com Foucault, este dispositivo se estrutura

[...] em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; [...] conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; [...] o que é pertinente é o vínculo entre parceiros com *status* definido (Foucault, 2015, p. 116).

Além do mais, o dispositivo de aliança se vincula a finalidades econômicas, tentando veicular a transmissão ou manutenção de riquezas. Visa à manutenção da estrutura social, por essa razão, se relaciona com o poder na forma do direito. Tanto a manutenção da riqueza quanto a perpetuação da estrutura social depende, exclusivamente, da geração de descendentes, daí então a finalidade reprodutora do sexo. Vejamos que as relações sexuais são vistas aqui pelo tribunal da penitência, que funciona via confissão, como o suporte das relações conjugais e estas, atreladas à moral e a legalidade. Portanto, a administração jurídica das relações sexuais e sua identificação “criminal”, a boa manutenção dos casamentos, conseqüentemente, proporciona uma boa organização social. Ao comentar sobre a confissão do sexto mandamento, em relação à luxúria e a concupiscência, nos séculos XII e XVI, Foucault mostra que, o que se perguntava ao confessor, era se ele havia transgredido alguns dos princípios morais que codificavam uma relação aceita. Como exemplo, se este praticou a

[...] fornicção: o ato entre pessoas que não são ligadas nem por voto, nem por casamento; em segundo lugar, o adultério: o ato entre pessoas casadas, ou o ato entre uma pessoa não casada e uma pessoa casada; o estupro: o ato que se comete com uma virgem que consentiu, mas que não é necessário tomar como esposa ou dotar [...] (Foucault, 2001, p. 234).

A partir do século XVI, a carne sofre uma ressignificação a partir de uma reelaboração das práticas de confissão (Foucault, 2001). A reelaboração do procedimento do exame de consciência irá deslocar a carne da sua função relacional e de atos cometidos para assentar-se no corpo e nos pensamentos do confessando, seus desejos, a intensidade de seus sentimentos, seus prazeres. Institui-se, dessa forma, uma “anatomia da volúpia” (Foucault, 2001, p. 236). Essa passagem é exemplificada por Foucault a partir de uma problematização feita por Habert, refletindo sobre a infinidade de possibilidades de efetivação do pecado de concupiscência. Tal imensidão de elementos, tratados por si mesmos, torna a tarefa de enumerá-los impossível. Propõe então uma inversão, não buscar uma análise das manifestações particulares de cada ato, mas sim da fonte da qual emergem tais atos, o corpo e seus sentidos.

Como o pecado de impureza se comete numa infinidade de maneiras, por todos os sentidos do corpo e por todas as potências da alma, o confessor [...] percorrerá todos os sentidos, um depois do outro. Em seguida, examinará os desejos. E por fim examinará os pensamentos (Habert apud Foucault, 2001, p. 237).

Esse é o marco simbólico do nascimento do dispositivo de sexualidade, pois a partir do deslocamento do exame dos atos sexuais, a carne vem alojar-se não mais na jurisdição, mas no corpo dos indivíduos. O dispositivo de aliança continua existindo com suas proibições, a codificação e sanção de atos executados, mas uma cartografia do corpo que procura, por meio do relato diante do confessor, descrever o corpo com seus desejos e prazeres, se sobrepõe a ele. Vê-se surgir uma sexualidade a partir da noção da carne, pois é ela, enquanto princípio imanente ao corpo, que propicia o pecado.

Essa tecnologia da confissão, que faz o desejo falar ao padre, proporciona, de acordo com Monteiro (2017, p.70-71), a subjetivação e individuação do indivíduo. Depreende-se da leitura de seu texto que o confessor, ao acolher os discursos emitidos pelo confessando, individualiza o sujeito à medida que o produz discursivamente. Ao unificar os enunciados de sua interioridade, constrói sua identidade enquanto corpo desejante e, classificando e desclassificando enunciados remetentes a certos movimentos do corpo, produz uma subjetividade que busca reprimir ou intensificar determinados elementos de seu corpo. Fato é que, dessa relação de poder que se estabelece, há uma incitação na produção do saber de si, de sua carne que está vinculada a um programa de salvação individual. Deve-se falar sobre sua sexualidade, minuciosamente, para alcançar a salvação. Vejamos que a carne é o símbolo a partir do qual a maneira de lidar com os prazeres se estrutura dentro de um contexto religioso, o sexo, por sua vez, substituirá a noção de carne na medida em que o corpo se torna, não mais, objeto de uma crença, mas de uma ciência que, mantendo a estrutura da salvação, não mais o salvará da condenação e do pecado, mas de suas doenças possíveis. Portanto, passamos agora a este objetivo, de mostrar como o sexo emerge no dispositivo de sexualidade no período moderno.

3 - O dispositivo de sexualidade na modernidade e suas estratégias

A aparelhagem de extração da verdade fundado na confissão sofrerá, com a entrada do século XVIII, um deslocamento da prática da penitência. O que não significa que esta deixe de existir em contexto religioso, mas sim que será absorvida por outras instâncias da sociedade constituindo o que Foucault chama de *scientia sexualis*. Essa extração da verdade sobre a vida

sexual dos indivíduos, proliferando-se para diversos campos do saber, como a pedagogia, a medicina, a psiquiatria e criminologia irá recodificar a forma como os indivíduos, inseridos nos espaços em que estes saberes com suas práticas se efetuam e se relacionam com os corpos.

Trata-se então de fazer funcionar o ritual da confissão a partir dos esquemas da regularidade científica. Para isso, Foucault enumera alguns processos de adaptação. Primeiro, por meio de uma “codificação clínica do ‘fazer falar’” (Foucault, 2015, p. 73). Este ponto, nos comentários de Souza (2012, p. 99) corresponde, primeiramente, a uma mudança geográfico-espacial em que a confissão ocorre, há uma mudança do confessionário para a clínica médica. Trata-se, a partir da combinação com o exame, de proporcionar um conjunto de signos formais legíveis pela ciência a partir dos quais, ao se submeter à narrativa de si do “confessando”, agora paciente, tornar seu discurso compreensível. A sexualidade se seculariza. O segundo fator de adaptação já pressupõe a produção do sexo a partir das variadas estratégias do dispositivo de sexualidade, pois o institui como causalidade geral no sentido de ser a fonte principal ou parcial das doenças. Assim, qualquer desvio das condutas sexuais pode acarretar malefícios à saúde, portanto, abre-se a possibilidade de um poder que se legitima no sentido de impor, ao paciente, o dever de dizer tudo, submetendo todas as instâncias da vida sexual passíveis de serem interrogadas. Dessa forma, doravante o *postulado de uma causalidade geral e difusa*, os perigos ilimitados que podem ser causados pelo sexo justificam a exaustividade da inquisição a qual se é submetido.

O terceiro processo de adaptação é *através do princípio de uma latência intrínseca à sexualidade*. Dado que o sexo é uma figura fantasmagórica e volúvel assentada nas práticas discursivas que o deslocam para além do sistema reprodutor, não há uma correspondência completamente imanente entre palavras e coisas. Porém, a crença da localização desse signo inexistente no corpo torna a busca infundável. Por essa razão o sexo é caracterizado como algo cuja natureza é ocultar-se. O sexo trabalharia na “obscuridade” ou “clandestinidade”, imerso no corpo estando para além do querer dizer do interrogado, pois dele se esquiva. Embora Foucault não especifique a que práticas se refere, depreende-se que se trata de métodos cuja coerção extrapola o comum do diálogo, pois finaliza com a seguinte frase: “É preciso arrancá-la, e à força, já que ela se esconde” (Foucault, 2015, p. 75).

O quarto processo é o método de *interpretação*. Esta tática consiste na captura institucional do discurso daquele que é interrogado. Seu discurso, fora das regulamentações discursivas, não se classifica como verdade. Verdade significa, para Foucault, um discurso produzido a partir de regularidades discursivas que os confiscam e lhes dão validade. Conforme Monteiro (2017, p. 74), a verdade “não pertence ao sujeito que profere o discurso, ela será

propriedade daquele que escuta e exerce ‘sua função hermenêutica’”. Portanto, trata-se de uma hermenêutica dos relatos colhidos por aquele que escuta cuja função em uma dada ordem discursiva, “não consiste somente em exigi-la [a confissão], antes da mesma ser feita, ou em decidir após ter sido proferida, porém em constituir, através dela e de sua decifração, um discurso de verdade” (Foucault, 2015, p. 75). Há uma nova maneira da verdade do sexo aparecer, o relato daquele que confessa não mais condiz com a “verdade”, mas serve como substrato para a produção discursiva do sexo mediante uma interpretação científica. Temos então a extensão de uma técnica de individualização do sujeito a uma normatividade e universalidade do sexo. “A verdade não está unicamente no sujeito, que a revelaria pronta e acabada ao confessá-la. Ela se constitui em dupla tarefa: presente, porém incompleta e cega em relação a si própria, naquele que fala, só podendo completar-se naquele que a recolhe” (Foucault, 2015, p. 75).

O último procedimento corresponde à *medicalização dos efeitos da confissão*. Este consiste na interferência médica na vida prática do seu consulente. Uma vez que o sexo é fonte de doenças, passando não mais a ser compreendido pela teologia da culpa e do pecado, do excesso ou da transgressão, mas sim do vocabulário médico da normalidade e da patologia, a intervenção médica se torna essencial para a cura do indivíduo. Esta cura, porém, para ser promovida, necessita da confissão do indivíduo. Sendo o sexo “um campo de alta fragilidade patológica”, a vida é posta em riscos iminentes, logo, uma confissão precoce proporciona a eficácia da cura. Vejamos assentar-se sobre a medicina do sexo a mesma lógica da pastoralidade cristã. Para que a saúde possa ser preservada, ou seja, para que se mantenha no caminho da salvação ou se salve das doenças que lhe acometem, é necessário dizer a verdade, “a verdade cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido” (Foucault, 2015, p. 76), não a um qualquer, mas a uma autoridade, “por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável” (Foucault, 2015, p. 76).

Essa adaptação da confissão agenciando poder e saber através do sexo ganhará destaque na obra de Foucault em quatro ciências as quais ele analisa a partir de quatro conjuntos estratégicos de exercício de poder. São elas a medicina, a pedagogia, a economia/demografia e a psiquiatria. Embora cada uma dessas ciências esteja implicada em uma estratégia particular, visando tipos de corpos e finalidades distintas e locais, não significa dizer que há quatro dispositivos de sexualidade operando. O dispositivo de sexualidade funciona como um dispositivo de conjunto (Foucault, 2015, p. 103) ou, utilizando outro termo, uma estratégia global (Foucault, 1979b, p. 252). Referimo-nos a estes conceitos no sentido de que há um objetivo central no dispositivo de sexualidade desde a pastoralidade cristã, que é a “salvação”

por meio da verdade, sendo a primeira recodificada, a partir da inserção na ciência, nas formas da saúde. Independente da estratégia e das formas apresentadas, a finalidade é a saúde ou tornar mais sadio ou, mais ainda, expandir e proteger a vida, que passa pelo sexo. Visando a saúde em suas distinções, as estratégias vão se impondo por meio de determinadas “manobras” (Foucault, 1979b, p. 253) e se conectando umas às outras com esta finalidade. Isso significa que estes conjuntos estratégicos que surgem no século XVIII não nascem em bloco, todos ao mesmo tempo, mas sim que certas necessidades de controle surgem no próprio dispositivo, forçando-o a estender ou projetar novos fios de sua rede agregando outros elementos e inserindo-os em uma dada coerência.

O primeiro dispositivo Foucault denomina de *Histerização do corpo da mulher*, que torna o corpo feminino objeto da medicina classificando-o como “integralmente repleto de sexualidade” (Foucault, 2015, p. 113) sendo dotado, portanto, de uma patologia que lhe seria intrínseca. O corpo da mulher deve, então, ser constantemente acompanhado e medicado, quando necessário. Essa necessidade de controle sobre o corpo da mulher decorre dos papéis sociais atribuídos. O corpo da mulher está em conexão diretamente implicada com a manutenção do corpo da sociedade, a que deve ser assegurada por uma fecundidade regulada; o corpo feminino também possui uma função estrutural no espaço familiar; e está articulado, a partir do segundo ponto, à vida das crianças, executando uma função biológico-moral, de geração, cuidado e educação do caráter. A sexualidade da mulher, se não for amparada, interfere em seus “nervos”, desestruturando seu estado psíquico, manifestando a histeria, comprometendo a efetivação dos três princípios acima citados. Cria-se, dessa forma, a figura social da mãe como “mulher nervosa”.

Essa estratégia é a primeira a ser desenvolvida e marca, por sua vez, a passagem da carne para o organismo. A medicina dos nervos e dos vapores (século XVIII) da qual se desenvolverá a medicina da histeria é a veiculadora dessa passagem. Interpretamos essa passagem como uma reorganização do poder em torno do corpo a partir de um elemento de resistência que surge no contexto da confissão, que é a carne convulsiva. A carne convulsiva é o corpo possuído pelo demônio e esta, diante da imposição da fala, apresenta o mutismo e o grito, como também os espasmos do corpo (Foucault, 2001, p. 270). A igreja, incapaz de lidar com esse corpo, procurará desvencilhar-se cada vez mais dele, pois escapa de todo o mecanismo de produção de discurso até então. A Igreja, timidamente, apelará à medicina que se apodere desse corpo.

É preciso fazer o convulsivo, isto é, os próprios paroxismos da possessão, passar para um novo registro de discurso, que não será mais o da penitência e da direção de consciência, e, ao mesmo tempo, para outro mecanismo de controle. É aí que começa a se produzir a grande e célebre passagem de poder à medicina (Foucault, 2001, p. 279 - 280)

Ao ser retirada do imaginário religioso, a carne convulsiva rompe com sua antiga significação, tornando-se, no século XVIII, um objeto próprio da medicina, constituindo um domínio que abarca as doenças dos nervos, os vapores e as crises. A emergência desse domínio de patologias possibilitará à carne e seus mecanismos de análise serem recodificados como “sistema nervoso”. A convulsão passa a ser, nesse momento, um abalo ou perturbação nesse sistema. Assim, a figura da mulher histérica ou mulher nervosa aparece como aquela que tem seu sistema nervoso perturbado pelo sexo, que lhe causa instabilidades, colocando em risco não só seu corpo, como também todas as funções que dela dependem.

A segunda estratégia denomina-se *pedagogização do sexo da criança*, que pressupõe que todas as crianças se dedicam a práticas sexuais, sobretudo a masturbação. Esta prática, de acordo com a literatura da época, é a precursora de variadas patologias que poderiam vir a acometer as crianças e adolescentes comprometendo sua vida adulta. Tratava-se de um esgotamento vital do indivíduo. Por essa razão, visando garantir a futura saúde do indivíduo, a criança foi cercada de uma série de especialistas, médicos, educadores e, mais tarde, psicólogos. Aos pais também era atribuída uma função de vigilância constante sobre eles. Vemos aqui afirmar-se a importância da medicalização do sexo feminino, uma vez que o sexo perturba sua sanidade, o cuidado para com a sexualidade infantil é posto em risco, pois a vigilância e o cuidado por parte da mãe são comprometidos, comprometendo, também, o futuro da sociedade (Foucault, 2001).

Foucault (2001, p. 300) analisa a emergência dessa estratégia a partir do questionamento da hipótese da interdição da sexualidade infantil voltada para o mundo do trabalho. Se existe uma relação entre sexualidade e eficiência produtiva do corpo, por que a cruzada antimasturbatória do século XVIII se dirigiu às crianças e não houve uma repreensão da sexualidade como um todo? Nas análises de Foucault, ele percebe que o controle exercido sobre a sexualidade infantil não corresponde a uma moralização pura e simplesmente e muito menos a um cuidado associado a forças econômicas. O cuidado para com a sexualidade infantil está muito mais em uma autoafirmação da classe burguesa. Rivalizando com a nobreza, que se afirmava através de uma suposta diferença qualitativa de seu sangue, a burguesia se diferencia, substituindo a nobreza como classe dominante, por meio de seu corpo. É por meio de um corpo bem cuidado e sadio que ela se distingue enquanto classe. Assim, a masturbação, embora não

seja propriamente uma doença, é uma prática a qual possibilita o surgimento de diversas patologias. “Faz-se dela uma espécie de prática universal, uma espécie de ‘x’ perigoso, desumano e monstruoso, de que toda doença pode derivar” (Foucault, 2001, p. 316). Com isso, toda a dinâmica da família será modificada, passando de uma família relacional, forma de funcionamento do dispositivo de aliança, para a família-célula (Foucault, 2001, p. 314). A família-célula estreita mais os laços afetivos dos integrantes familiares, principalmente entre pais e filhos, instituindo um cuidado para com a infância que demandará uma vigilância constante sobre a sexualidade infantil. Vemos se estabelecer aí uma disciplina dos pequenos corpos. O controle paterno está associado ao poder médico, ao qual a criança ou adolescente devem ser encaminhados ao constatar a masturbação. Essa cruzada antimasturbatória, por ser algo exclusivo da classe burguesa, não estará presente nas classes mais pobres. Sobre eles, o controle da sexualidade ocorrerá, concomitante ao auge da primeira (século XIX), a partir de outros interesses, o que proporcionará a composição da terceira estratégia.

A terceira estratégia corresponde à prática de organização e controle populacional, criam-se mecanismos para ora incitar ora frear a fecundidade dos casais. Essa *socialização das condutas de procriação* insere também o médico como agente social na administração das populações, uma vez que, junto com a sexualidade há inúmeras patologias, sua função torna-se requerida. Ela surge a partir da necessidade de se regular a população e seus movimentos a partir de objetivos econômicos e políticos, que necessitam quantificar e regular fenômenos do corpo social como a “natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat” (Foucault, 2015, p. 28). A análise de todos esses objetivos passa pelo sexo, é por meio dele que se observam taxas de natalidade, o casamento, a legitimidade dos nascimentos, a precocidade ou frequência das relações sexuais, a questão da esterilidade, o uso de práticas contraceptivas, etc. É nesse contexto que a população pobre ganha um corpo sexual a partir de alguns conflitos e problemas que aparecem no cenário urbano, principalmente em relação à saúde da população. O aglomerado de pessoas e sua não fixação em condutas sexuais regulamentadas podem proporcionar doenças que colocam em risco a população como um todo. Por essa razão, a sexualidade das classes pobres passará a ser policiada e objeto de intervenção.

Por fim, a *psiquiatrização do prazer perverso*. Nessa estratégia o sexo aparece como instinto biológico e psíquico que pode ser afetado por certas anomalias que o perturbam. Portanto, a psiquiatria terá como função a identificação dessas anomalias e a normalização da conduta sexual desses indivíduos. O sexo adquire uma relativa autonomia em relação ao corpo, fazendo surgir uma medicina e uma “ortopedia” do sexo que visam corrigir as perversões, que

tomam o lugar da devassidão e da extravagância em relação à carne. A medicalização das perversões as inscreverá em uma análise da hereditariedade. Assim como a masturbação infantil pode comprometer a saúde do indivíduo no futuro, as perversões podem comprometer a saúde de uma descendência. O sexo, como possibilidade de emergência de doenças, aparece como, se não for corrigido, algo que pode comprometer a saúde da população, daí então a medicalização das perversões por meio da psiquiatria. A teoria da hereditariedade possui um cunho muito mais moral do que científico, pois coloca que não só as doenças podem ser transmitidas às gerações futuras, como também certos hábitos e vícios, como a bebedeira, por exemplo, que pode provocar o alcoolismo em um descendente qualquer. Assim, ao estabelecer uma rede genealógica, era possível explicar certas patologias, uma pessoa que apresente algum distúrbio sexual provavelmente possui um ancestral pervertido, do qual herda tal patologia. Essa etiologia dos estados anormais dará origem à teoria da degeneração. Assim:

Uma sexualidade devassa, pervertida, etc., tem efeitos no plano da população, uma vez que se supõe que aquele que foi devasso sexualmente tem uma hereditariedade, uma descendência que, ela também, vai ser perturbada, e isso durante gerações e gerações, na sétima geração, na sétima da sétima (Foucault, 1999, p. 301).

A teoria da degeneração, que mostrará os “perigos” os quais a sociedade está à mercê, tornará a psiquiatria uma ciência com poderes capazes de interferir e gerir a ordem social. Ela passa a funcionar como um mecanismo de proteção da sociedade, medicalizando os “anormais”. Ela dá a si mesma um papel de defesa social generalizada, visando proteger o corpo social enquanto espécie biológica (Foucault, 2001, p. 402).

Cada uma dessas estratégias individualizam um tipo de subjetividade objeto do poder-saber, a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso. Controle dos corpos adultos, homem e mulher, como também infantis, as crianças. Adjacente à produção desses indivíduos o sexo é produzido em cada um deles, dando forma, posteriormente, a uma teoria geral do sexo assentada sobre quatro signos: a histeria, o onanismo, o coito interrompido e o fetichismo. No processo de histerização da mulher, o sexo é definido de três formas:

[...] como algo que pertence em comum ao homem e à mulher; ou como o que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; mas, ainda, como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o continuamente pelos efeitos dessas mesmas funções (Foucault, 2015, p. 166).

Na sexualidade da infância, o sexo será elaborado a partir de pares dicotômicos: é ao mesmo tempo algo presente, quanto à anatomia do corpo, mas ausente quanto à fisiologia, está presente considerando sua atividade, mas é deficiente segundo sua finalidade reprodutora. Ele se atualiza enquanto manifestação, mas se oculta nos efeitos gerados que só serão percebidos nas patologias que surgirão na vida adulta. O sexo da criança estrutura-se nesse jogo entre presença e ausência, oculto e manifesto. Na socialização das condutas procriadoras o sexo aparece como uma instância circunscrita à economia que visa a pôr limitações às práticas sexuais, mas, ao mesmo tempo, o desejo procura desviar-se desses mecanismos para satisfazer-se. A lei impõe termo ao prazer forçando-o a cessar, o que Foucault (2015, p. 167) denominará de *coïtus interruptus*. Na psiquiatrização das perversões, o sexo se torna inteligível a partir da articulação do corpo com suas funções biológicas com seus instintos, no caso, o instinto sexual, com uma finalidade objetual externa. A perversão ocorre quando essa finalidade objetual sofre um desvio do que seria sua tendência natural, fixando o instinto em objetos “não condizentes” segundo a psiquiatria, ao qual se denomina *fetichismo*.

O sexo torna-se peça fundamental ao biopoder⁵, pois possibilita a articulação de dois modos de exercício, a disciplina, com uma anátomo-política dos corpos individuais, e a biopolítica na gestão das populações. O sexo se coloca na encruzilhada dessas duas formas de poder cruzando-os ao funcionar como norma, norma do corpo individual e norma da população. O sexo torna possível o prolongamento de uma sociedade normativa. A sexualidade se torna, assim, um campo estratégico fundamental:

[...] de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente [...]; e depois, por outro, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população (Foucault, 1999, p. 300).

Mesmo atuando em duas formas de exercícios de poder distintas, o sexo possibilita o cruzamento e a ação conjunta das duas tecnologias, embora em determinadas estratégias o

⁵ O biopoder surge no século XVII substituindo outra modalidade que operava sobre o confisco da vida, o poder de soberania. O poder de soberania dava ao rei a possibilidade de fazer os seus súditos morrerem ou permitir que estes continuassem vivos. O biopoder, ao contrário, atua sobre a vida. Se o poder de soberania põe fim à vida, o biopoder visa expandi-la. A “vida” compreendida a partir desse mecanismo de poder possui dois significados, a do indivíduo e a da população, portanto, o biopoder corresponde ao conjunto de estratégias que visam atuar sobre a vida nesses dois sentidos, no primeiro caso, expandindo suas potencialidades físicas, o poder disciplinar, no segundo caso, proporcionando as possibilidades vitais de sobrevivência de uma população, a biopolítica. O biopoder é o diagrama formado por todos os dispositivos que atuam sobre os corpos nesses dois sentidos visando à proliferação da vida a partir de controle dos comportamentos. Cf. Foucault, 2015, p. 149 - 151.

efetivo exercício de poder seja dirigido por uma das modalidades, a outra funciona como um suporte. Por essa razão o dispositivo de poder de sexualidade, como nos afirma Oliveira (2015, p. 92), pode ser caracterizado como um dispositivo misto. As duas primeiras estratégias, a histerização da mulher e a pedagogização das crianças, embora se dirija a corpos individuais, se apoiam em exigências regulatórias. Conforme o exposto, a sexualização da criança foi feita a partir de uma campanha pelo futuro e manutenção da saúde de uma classe e a medicalização do corpo da mulher a partir do seu papel na saúde dos filhos, na solidez da família e à salvação da sociedade. Em relação ao controle da natalidade e das perversões a relação entre disciplina e biopolítica ocorreu de forma invertida. A intervenção visava regular a população que, por sua vez, exigia adestramentos e controles individuais. O dispositivo de sexualidade, dessa forma, se estabelece em torno da vida, seja do indivíduo e da população com o objetivo de “cuidar” para que este não adoença e se expanda cada vez mais. O dispositivo de sexualidade, ao fabricar o sexo e seu saber, pôs em funcionamento toda uma série de elementos, possibilitando a articulação em uma unidade artificial:

[...] elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar essa unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte: o sexo pôde, portanto, funcionar como significante único e como significado universal (Foucault, 2015, p. 168).

O sexo também, apresentando-se como um saber humano, como instância latente, presente, mas disfarçada, como instinto, pôde estabelecer uma linha de contato com as ciências biológicas ganhando ares de cientificidade, deslocando-se para uma posição qualificada na ordem do saber. Pois, uma vez que a ciência se apresenta como discurso sério e qualificado, conseqüentemente, uma série de discursos que não se enquadram na sua regulamentação normativa é desqualificada. A sexualidade, na figura do sexo, prolifera-se por entre canais do saber e das relações de poder expandindo-se, crescendo e, por fim, mostrando-se como o avesso ao poder, como algo que é negado por ele. A aparência de negação do sexo pelo poder dissimula o poder da sexualidade potencializando o cinismo desse dispositivo capturando, cada vez mais, a vida.

Conclusão

Ao apresentar uma cronologia do surgimento do dispositivo de poder de sexualidade, percebemos que este se configura como uma estratégia mutável historicamente cujo objetivo é, por meio do controle dos corpos a partir de uma categoria simbólica, salvar os indivíduos. Essa

salvação se funda em uma ontologia em que a verdade íntima de cada sujeito é revelada como constituída ora pela carne ora pelo sexo de acordo com o momento histórico. Tomando o sexo como objeto, este está presente nos corpos e, se não for bem direcionado, seja pela disciplina do sexo ou pelas táticas da biopolítica, compromete a saúde. Vejamos que cada indivíduo carrega em seu íntimo a possibilidade de sua ruína da qual deve ser salvo.

Outro fator importante a ser apontado é que a mobilidade do dispositivo de sexualidade não é somente histórica, mas também geográfica, se expandindo para outros territórios e, para tal, reformulando a própria semântica do sexo. Pensando a partir do objeto “criança masturbadora”, o dispositivo de sexualidade cria a necessidade da medicalização do sexo da mãe, pois esta é um dos responsáveis pela conduta da criança. Por outro lado, o controle das condutas de procriação, que visam não só o controle demográfico, mas também de epidemias, proporcionará a necessidade de se controlar as perversões pois estas, segundo a teoria da degeneração, passam para as gerações futuras ocasionando doenças, colocando a sociedade futura em risco. Em cada uma dessas estratégias o sexo é conceituado de formas diferentes para atender a objetivos específicos.

Destacamos também a relação entre as lutas de liberação e o dispositivo de sexualidade. Uma vez que o sexo é um conceito mutável para atender a necessidades precisas e o dispositivo incita as pessoas a falarem e produzirem discursos sobre a verdade do sexo, os movimentos de liberação, embora tentem escapar do dispositivo, caem em suas redes, pois falam, incessantemente, sobre o sexo redefinindo-o. Isto não significa que tais práticas são descartáveis, a própria reinterpretação do sexo já é uma forma de redirecionamento de forças dentro do dispositivo. Portanto, encerramos deixando uma pergunta para investigações futuras: são possíveis práticas de prazer fora do dispositivo de sexualidade? Ou melhor, é possível escapar ao dispositivo de sexualidade?

Referências

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a, p. 229 - 242.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b, p. 243 - 276.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e poder. In: *Ditos e escritos, volume 5: Ética, sexualidade, política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 56-76.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, volume I: a vontade de saber*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MONTEIRO, Janaína de Souza. O dispositivo da sexualidade e seu redimensionamento à luz da biopolítica: uma reflexão foucaultiana. (2017). Dissertação (mestrado em filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, Eduardo Alexandre Santos de. O conceito de dispositivo de sexualidade na obra foucaultiana A vontade de saber. In: *Kalagatos – Revista de Filosofia*, v. 12 n. 24, Fortaleza, p. 89-108, 2015.

SOUZA, Bianca Kelly de. *A relação entre práticas de confissão e produção de subjetividade em Michel Foucault*. (2012). Dissertação (Mestrado em filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

WEIZENMANN, Mateus. *Foucault: sujeito, poder e saber*. Pelotas: NEPFil online, 2013.

Recebido em 07/04/2024.

Aprovado em 03/07/2024.